

Injustiça Epistêmica



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Sergio Miceli Pessoa de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Maria Angela Faggin Pereira Leite
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Laura Janina Hosiasson
Merari de Fátima Ramires Ferrari
Miguel Soares Palmeira
Rubens Luis Ribeiro Machado Júnior

Suplentes Marta Maria Gerales Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Miranda Fricker

Injustiça Epistêmica

O Poder e a Ética do Conhecimento

TRADUÇÃO

Breno R. G. Santos

edusp

Copyright © 2007 by Miranda Fricker

Título original em inglês: *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*

First edition was originally published in English in 2007. This translation is published by arrangement with Oxford University Press. Edusp is solely responsible for this translation from the original work and Oxford University Press shall have no liability for any errors, omissions or inaccuracies or ambiguities in such translation or for any losses caused by reliance thereon.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fricker, Miranda

Injustiça Epistêmica: O Poder e a Ética do Conhecimento / Miranda Fricker; tradução Breno R. G. Santos. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5785-116-6

1. Ética. 2. Justiça. 3. Justiça (Filosofia). 4. Teoria do conhecimento.
I. Título.

22-145433

CDD-121

Índices para catálogo sistemático:

1. Teoria do conhecimento: Filosofia 121

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2023

Foi feito o depósito legal

Agradecimentos

Agradeço ao colega Luiz Cichoski pela colaboração fundamental para a revisão desta tradução. Agradeço também ao revisor da Edusp, pela leitura cuidadosa do material, e a Douglas de Jesus, Liza Lanoa, Luiz Guilherme Rocha, Roberta Moraes, Cenira Evangelista, Gabriela Melo, Elielma Andrade, Alex Ferreira, Brenda Vieira, Rogério Mendes, Neriely Dantas, Matheus Cavalcanti, Yasmin Nobre, Milena Santos, Thaisa Arruda, Myllana Aguiar e Adriana Oliveira, membros do Grupo de Estudos em Epistemologia Social e Aplicada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que acompanharam e também contribuíram com comentários durante o processo de revisão (N.T.).

para K, G e A

Todo volume de filosofia moral contém pelo menos um capítulo sobre justiça, e muitos livros são inteiramente dedicados a ela. Mas onde está a injustiça? Certamente, os sermões, [...] o drama e a ficção lidam com pouca coisa além disso, mas a arte e a filosofia parecem esquivar-se da injustiça. Elas tomam como certo que a injustiça é simplesmente a ausência de justiça e que, uma vez que saibamos o que é justo, saberemos tudo que precisamos saber. Essa crença pode, no entanto, não ser verdadeira. Perde-se muito olhando apenas para a justiça. O sentimento de injustiça, as dificuldades de identificar as vítimas da injustiça e as muitas maneiras pelas quais todos aprendemos a viver com as injustiças alheias tendem a ser ignoradas, assim como a relação da injustiça privada com a ordem pública.

Judith Shklar, *The Faces of Injustice*, p. 15.

Sumário

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
1 INJUSTIÇA TESTEMUNHAL	27
1.1 Poder	27
1.2 Poder Identitário	33
1.3 O Caso Central da Injustiça Testemunhal	37
2 PRECONCEITO NA ECONOMIA DE CREDIBILIDADE	53
2.1 Estereótipos e Estereótipos Preconceituosos	53
2.2 Injustiça Testemunhal sem Preconceito?	66
2.3 O Mal da Injustiça Testemunhal	68
3 EM DIREÇÃO A UMA EXPLICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA VIRTUDE ACERCA DO TESTEMUNHO	89
3.1 Esboçando a Posição Dialética	89
3.2 O Ouvinte Responsável?	97
3.3 Percepção Virtuosa Moral e Epistêmica	103
3.4 Treinando a Sensibilidade	113

4	A VIRTUDE DA JUSTIÇA TESTEMUNHAL	119
4.1	Corrigindo o Preconceito	119
4.2	História, Culpa e Frustração Moral	134
5	A GENEALOGIA DA JUSTIÇA TESTEMUNHAL	147
5.1	Uma Terceira Virtude Fundamental da Verdade	147
5.2	Uma Virtude Híbrida Ético-intelectual	161
6	SIGNIFICADOS ORIGINAIS: O MAL REVISITADO	173
6.1	Dois Tipos de Silenciamento	173
6.2	A Própria Ideia de um Conhecedor	188
7	INJUSTIÇA HERMENÊUTICA	195
7.1	O Caso Central da Injustiça Hermenêutica	195
7.2	Marginalização Hermenêutica	202
7.3	O Mal da Injustiça Hermenêutica	212
7.4	A Virtude da Justiça Hermenêutica	222
	CONCLUSÃO	231
	BIBLIOGRAFIA	233

Prefácio

De tempos em tempos, os eticistas podem lembrar o estado implodido no qual estava a ética filosófica sob o regime positivista da análise linguística e respirar com alívio ao notar que o sujeito gradualmente se redescobriu. Fê-lo, em grande medida, por meio de uma atenção renovada ao que podemos chamar amplamente de psicologia ética – isto é, a experiência real de valor ético dos seres humanos. Assim, uma região moribunda da filosofia foi ressuscitada por uma atenção mais próxima à experiência vivida. Às vezes me pergunto se os epistemólogos poderiam, em breve, lançar um olhar retrospectivo semelhante à epistemologia conduzida sob o regime da análise conceitual. Pode-se estar exagerando na comparação, mas me parece que a epistemologia está pouco a pouco sendo ampliada e animada, como antes foi a ética, por vários esforços para cultivar uma relação mais próxima com práticas epistêmicas reais. Este livro é uma contribuição para esses esforços, na medida em que é impulsionado por um sentido das possibilidades que se abrem para a epistemologia quando levamos a psicologia epistêmica mais a sério – ou seja, quando tomamos como nosso principal assunto aquelas práticas humanas por meio das quais o conhecimento é adquirido, ou mesmo perdido. Mais especificamente, meu interesse está nas práticas epistêmicas como elas são, por necessidade, desempenhadas por sujeitos socialmente situados. Essa concepção socialmente situada deixa questões de identidade social e de poder em destaque, sendo o pré-

-requisito para a revelação de certa dimensão ética à vida epistêmica – a dimensão da justiça e da injustiça. Esse é o território explorado neste livro.

A exploração é orientada não para a justiça, mas sim para a injustiça. Como Judith Shklar destaca, a filosofia fala muito sobre justiça e bem pouco sobre injustiça. Enquanto Shklar certamente está errada em afirmar o mesmo sobre a arte, o ponto sobre a filosofia é verdadeiro e profundamente significativo. É distintivamente particular à filosofia que ela esteja centralmente preocupada com as idealizações racionais dos seres humanos e suas atividades. Os filósofos estão muito interessados em entender o que é acertar. Tudo bem, mas não devemos parar por aí se quisermos também entender as práticas humanas que podem aproximar-se apenas de modo muito irregular do ideal racional. O foco na justiça cria uma impressão de que a justiça é a norma e a injustiça a aberração infeliz. Mas, obviamente, isso pode ser bastante falso. Também cria a impressão de que devemos sempre entender negativamente a injustiça por meio de uma compreensão prévia da justiça. Mas, de forma menos óbvia, o caminho para a compreensão às vezes pode ser o inverso. Meu interesse aqui é na injustiça, especificamente na esfera da atividade epistêmica – e, certamente, nessa esfera acredito que existem áreas nas quais a injustiça é normal, e a única maneira de revelar o que está envolvido na justiça epistêmica (na verdade, até para ver se existe algo como a justiça epistêmica) é olhando para o espaço negativo que é a injustiça epistêmica. Este livro é uma exploração desse espaço negativo.

O material foi elaborado durante uma licença de pesquisa da Faculdade de Filosofia do Birkbeck College, em conjunto com uma licença do Arts and Humanities Research Board, e sou muito grata a ambas as instituições pelo apoio. Algumas das ideias básicas foram originalmente concebidas alguns anos antes, quando eu possuía uma Bolsa de Pós-doutorado da British Academy (1997-2000), e continuo grata à Academia por essa oportunidade e privilégio. O que se segue está sendo, em sua maior parte, publicado aqui pela primeira vez, embora parte do capítulo 3 seja um desenvolvimento da discussão apresentada em “Epistemic Injustice and a Role for Virtue in the Politics of Knowing, *Metaphilosophy*”¹ e os capítulos 4 e 6 contenham

1. Cf. Miranda Fricker, “Epistemic Injustice and a Role for Virtue in the Politics of Knowing, *Metaphi-*

um eco de “Rational Authority and Social Power: Towards a Truly Social Epistemology”². Outros materiais, principalmente do capítulo 7, foram publicados como “Powerlessness and Social Interpretation”³.

Eu apresentei várias versões do material em seminários de pesquisa realizados nas universidades de Birmingham, Cambridge, Dundee, Hull, Leeds, Oxford, Sussex e Warwick, na London School of Economics (LSE) e no Birkbeck College, na University of London, além da conferência anual de 2006 da Episteme, que foi realizada na University of Toronto. Agradeço sinceramente aos participantes nessas ocasiões por seus inestimáveis comentários e perguntas construtivas. Mais particularmente, sou muito grata aos colegas e amigos que tiveram a gentileza de ler e comentar os capítulos preliminares: Jen Hornsby, Susan James, Sabina Lovibond e Kate Summerscale; e sou especialmente grata a Anne Kelleher, Keith Wilson e a dois (então anônimos) leitores da Oxford University Press, Chris Hookway e Rae Langton, por seus comentários enormemente prestativos e encorajadores sobre versões preliminares completas. Obrigado a Jean van Altena, pelo trabalho maravilhosamente cuidadoso no manuscrito. E, por fim, um sincero agradecimento ao meu editor, Peter Momtchiloff.

MIRANDA FRICKER

osophy”, 2003b; reimpresso em Michael S. Brady e Duncan Pritchard (orgs.), *Moral and Epistemic Virtues*, 2003, pp. 139-158.

2. Cf. Miranda Fricker, “Rational Authority and Social Power: Towards a Truly Social Epistemology”, 1998.

3. Cf. Miranda Fricker, “Powerlessness and Social Interpretation”, 2006.

LANÇAMENTO 2023

JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

www.edusp.com.br/loja

LIVRARIAS

www.edusp.com.br/livrarias

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

divulga@usp.br

